



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 14, n. 2, Jul./Dez., 2022

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 04.11.2020. Revisado por pares em: 12.07.2021. Reformulado em: 12.08.2021. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2022v14n2ID23254

Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas: uma análise no nível de evidenciação e nas características das companhias de capital aberto brasileiras

Non-current assets held for sale and discontinued operations: an analysis in the level of evidence and the characteristics of Brazilian open capital companies

Activos no corrientes mantenidos para la venta y operaciones descontinuadas: un análisis del nivel de divulgación y las características de las empresas brasileñas que cotizan en bolsa

Andressa Fernanda da Silva

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil.
CEP: 88040-900. Identificadores (ID):
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7515-7449>
E-mail: andressafsf@hotmail.com

Maíra Melo de Souza

Doutorado em Administração. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil. CEP: 88040-900. Telefone: (48) 3721-3892.
Identificadores (ID):
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9237-1348>
E-mail: mairameloufsc@gmail.com

(Artigo apresentado 10º Congresso UFSC de Controladoria e Contabilidade - 2020)

Resumo

Objetivo: O objetivo desta pesquisa é analisar o nível de evidenciação e as características das companhias de capital aberto brasileiras em relação aos ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas.

Metodologia: Para analisar o nível de evidenciação, elaborou-se uma lista de verificação com base no CPC 31 (2009). Este estudo se enquadra como documental, tendo em vista que foram analisadas as Notas Explicativas, o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das empresas componentes da amostra. A abordagem do problema foi qualitativa. A amostra é constituída por todas as companhias da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) que apresentaram ativos não circulantes mantidos para venda (ANCMV) e/ou operações

descontinuadas (OD) no ano de 2018, o que corresponde a 67 empresas divididas em 10 setores de atuação. As características analisadas foram: setor de atuação, governança corporativa, rentabilidade, empresa de auditoria, e se negociam ações na *New York Stock Exchange* (NYSE).

Resultados: Os resultados sugerem que as companhias que se enquadram no Novo Mercado, possuem rentabilidade negativa e negociam ações na NYSE tendem, em média, a realizar um maior nível de evidenciação dos ANCMV e OD. Os setores que apresentaram maior concentração dos ANCMV e OD foram o de Bens Industriais e Consumo Cíclico, ambos compostos por 16 empresas das 67 da amostra. A natureza do ANCMV que mais se destacou foram as controladas, com representatividade de 49%. Observou-se que as empresas ainda precisam melhorar quanto a evidenciação, pois a média da amostra foi de 44%.

Contribuições do Estudo: A realização da presente investigação contribui no sentido que a prática contábil pertinente aos ANCMV e OD é relativamente recente no Brasil e muitos acadêmicos ainda podem ter dúvidas sobre o tema, considerando que o pronunciamento contábil CPC 31 trouxe novos procedimentos de evidenciação. Nesse sentido, esta pesquisa contribui no sentido de apresentar a maneira como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando os ANCMV e das OD num contexto atualizado, demonstrando que elas precisam melhorar o nível das informações divulgadas para atender plenamente o CPC 31.

Palavras-chave: Ativos não circulantes mantido para venda; Operações descontinuadas; CPC 31; IFRS 5; Evidenciação.

Abstract

Purpose: The objective of this research is to analyze the level of disclosure and the characteristics of publicly traded Brazilian companies in relation to non-current assets held for sale and discontinued operations.

Methodology: To analyze the level of disclosure, a checklist was created based on CPC 31 (2009). This study is classified as documentary, considering that the Notes to the Financial Statements, the Balance Sheet and the Statement of Income for the Year of the companies included in the sample were analyzed. The problem approach was qualitative. The sample consists of all companies in Brazil, Bolsa, Balcão (B3) that presented non-current assets held for sale (NCAHS) and / or discontinued operations (DO) in 2018, which corresponds to 67 companies divided into 10 operating sectors. The characteristics analyzed were: sector of activity, corporate governance, profitability, auditing company, and shares are traded on the New York Stock Exchange (NYSE).

Results: The results suggest that companies that fall under the New Market, have negative profitability and trade shares on the NYSE tend, on average, to perform a higher level of disclosure of NCAHS and DO. The sectors with the highest concentration of NCAHS and DO were Industrial Goods and Cyclic Consumption, both comprising 16 companies out of 67 in the sample. The nature of NCAHS that stood out the most were the subsidiaries, with 49% representativeness. It was observed that companies still need to improve their disclosure, as the sample average was 44%.

Contributions of the Study: The realization of the present investigation contributes in the sense that the accounting practice pertaining to NCAHS and DO is relatively recent in Brazil

and many academics may still have doubts about the subject, considering that the accounting pronouncement CPC 31 brought new disclosure procedures. In this sense, this research contributes towards presenting the way in which Brazilian public companies are showing NCAHS and DO in an updated context, demonstrating that they need to improve the level of information disclosed to fully comply with CPC 31.

Keywords: Non-current assets held for sale; discontinued operations; CPC 31; IFRS 5; disclosure.

Resumen

Objetivo: El objetivo de esta investigación es analizar el nivel de divulgación y las características de las empresas brasileñas que cotizan en bolsa en relación con los activos no corrientes mantenidos para la venta y las operaciones discontinuadas.

Metodología: Para analizar el nivel de divulgación, se creó una lista de verificación basada en CPC 31 (2009). Este estudio se clasifica como documental, considerando que se analizaron las Notas Explicativas, el Balance General y el Estado de Resultados del Ejercicio de las empresas incluidas en la muestra. El enfoque del problema fue cualitativo. La muestra está compuesta por todas las empresas de Brasil, Bolsa, Balcão (B3) que tenían activos no corrientes mantenidos para la venta (ANCMV) y / o operaciones discontinuadas (OD) en 2018, lo que corresponde a 67 empresas divididas en 10 sectores operativos. Las características analizadas fueron: sector de actividad, gobierno corporativo, rentabilidad, empresa auditora y las acciones cotizan en la Bolsa de Valores de Nueva York (NYSE).

Resultados: Los resultados sugieren que las empresas que caen bajo el Novo Mercado, tienen rentabilidad negativa y cotizan acciones en la NYSE tienden, en promedio, a realizar un mayor nivel de divulgación de ANCMV y OD. Los sectores con mayor concentración de ANCMV y OD fueron Bienes Industriales y Consumo Cíclico, ambos compuestos por 16 empresas de las 67 de la muestra. La naturaleza de la ANCMV que más se destacó fueron las filiales, que representan el 49%. Se observó que las empresas aún deben mejorar su divulgación, ya que el promedio de la muestra fue del 44%.

Contribuciones del Estudio: La realización de esta investigación contribuye en el sentido de que la práctica contable relacionada con ANCMV y DO es relativamente reciente en Brasil y muchos académicos aún pueden tener dudas sobre el tema, considerando que el pronunciamiento contable CPC 31 trajo nuevos procedimientos de divulgación. En ese sentido esta investigación contribuye a presentar la forma en que las empresas públicas brasileñas están mostrando ANCMV y OD en un contexto actualizado, demostrando que necesitan mejorar el nivel de información divulgada para cumplir plenamente con la CPC 31.

Palabras clave: Activos no corrientes mantenidos para la venta; Operaciones discontinuadas; CPC 31; IFRS 5; Divulgar.

1 Introdução

O ativo não circulante é o grupo do ativo no qual são registrados os bens e direitos que possuem longa duração, estando dividido em: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (CPC 26 R1, 2011). Nesta concepção, em relação a estes subgrupos

poderão ocorrer situações em que a entidade decide pela venda de determinado bem ou direito, perdendo então a característica de longa duração. Dessa forma, o ativo deverá ser reclassificado para o ativo circulante como um Ativo Não Circulante Mantido para Venda (ANCMV).

O pronunciamento contábil que trata de ANCMV e Operações Descontinuadas (OD) no Brasil é o CPC 31, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alinhado à norma internacional IFRS 5 (*Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations*), emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

De acordo com o CPC 31 (2009), um ativo estará apto a ser reclassificado como ANCMV quando a recuperação de seu valor contábil for altamente provável por meio da venda em vez do uso nas atividades operacionais da empresa. Todavia, assim como qualquer lançamento feito na contabilidade, antes da reclassificação é necessário observar os requisitos do referido pronunciamento contábil.

Para ter um ANCMV, o ativo ou grupo de ativos deverá estar imediatamente disponível para entrega ao comprador após a transação da venda. Esta operação deverá ocorrer em até um ano da data de reclassificação, e a companhia deverá se empenhar na procura pelo comprador para que a venda seja concluída em curto prazo (Gelbcke, Santos, Iudícibus, & Martins, 2018).

O grupo de ativos na categoria “mantidos para venda” poderá ser considerado também uma Operação Descontinuada (OD). De acordo com o CPC 31 (2009), uma operação descontinuada além de se enquadrar como ANCMV, trata-se de um conjunto da entidade que: i) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, ii) constitui um elemento integrante de um plano único e coordenado para vender uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, ou iii) se refere a uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Diante disso, com base na interpretação do CPC 31 (2009), é possível inferir que os ANCMV serão considerados OD quando constituírem um conjunto de atividades possíveis de serem mensuradas separadamente que a entidade decidiu interromper para colocá-las à venda, podendo se tratar de uma linha de negócios ou uma controlada. Por exemplo, se uma empresa decidir pela alienação de um de seus segmentos, tem-se uma OD no ANCMV. Se esta mesma empresa decidir alienar um de seus veículos, este procedimento não se enquadra em uma OD sendo apenas um ANCMV.

Em consonância com as informações expostas na norma IFRS 5 em relação à classificação e evidenciação dos ANCMV e OD, o estudo de Nakao (2000) destacou no Brasil a necessidade da evidenciação separada das operações em continuidade das descontinuadas. Conforme mencionado por Lérias (2008), a evidenciação dos ANCMV e das OD é relevante por permitir aos usuários das informações contábeis, a avaliação dos efeitos financeiros atuais e futuros, auxiliando na tomada de decisões de curto, médio e longo prazo.

Considerando a relevância da adequada evidenciação dos ANCMV e das OD, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de evidenciação e as características das companhias de capital aberto brasileiras no que tange ao ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas?** O objetivo deste estudo é analisar o nível de evidenciação e as características das companhias de capital aberto brasileiras em relação aos ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas.

Em matéria do jornal Valor Econômico, foram destacadas as informações relacionadas ao impacto das operações descontinuadas da companhia Embraer. Tais operações compreendem as receitas e despesas relacionadas ao segmento de aviação comercial que, devido à evidenciação segregada, permitiu ao usuário da informação identificar um aumento de 150% no prejuízo no primeiro trimestre (Ryngelblum, 2019).

Ainda no jornal Valor Econômico, foram veiculadas informações referentes ao lucro da companhia de alimentos BRF. Dentre elas, foi possível identificar que o lucro gerado pelas operações continuadas foi de R\$ 191 milhões e das descontinuadas foi de R\$ 133,9 milhões no período (Mendes, 2019). Informações estas que foram extraídas por meio da evidenciação nas demonstrações contábeis e notas explicativas.

Os fatos relatados nas citadas notícias demonstram a relevância da adequada evidenciação das informações referentes aos ANCMV e das OD para os usuários da contabilidade, sendo que possuem potencial de impacto no resultado e nas decisões, mostrando significado de cunho econômico e social.

A prática contábil trazida pelo CPC 31, alinhada as normas internacionais, proporciona aos usuários externos conhecimento antecipado da intenção de venda de ativos de longa duração por parte das companhias. Tais ativos podem ter valores relevantes que irão impactar diretamente no resultado do exercício. Antes da publicação do referido pronunciamento contábil, os usuários externos somente tomavam conhecimento de tais transações quando efetivamente ocorridas.

Nesse contexto, a presente investigação contribui no sentido que a prática contábil pertinente aos ANCMV e OD é relativamente recente no Brasil e muitos acadêmicos ainda podem ter dúvidas sobre o tema, considerando que o pronunciamento contábil CPC 31 trouxe novos procedimentos de evidenciação. O presente estudo contribui com este assunto apresentando a maneira como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando os ANCMV e as OD, abrindo caminho para próximos estudos sobre o assunto.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Ativos Não Circulantes Mantidos Para Venda e Operações Descontinuadas

Existe consenso entre a definição dada pelo CPC 31 e por Gelbcke *et al.* (2018) no que se refere aos ANCMV. A natureza de um ativo não circulante consiste em gerar benefícios por meio de seu uso em um período considerado de longa duração. Quando a empresa define pela venda destes ativos, perde-se essa característica de uso uma vez que o retorno do bem não ocorrerá pela utilização nos processos da companhia, devendo assim ser reclassificado para o ativo circulante.

Consoante aos estudos de Gornik-Tomaszewski e Shoaf (2004) e Manea e Stefan (2010), a reclassificação de um ativo não circulante para o ativo circulante como mantido para venda deverá ocorrer mediante a satisfação de determinados critérios que são: i) a recuperação do valor contábil por meio da alienação do bem; ii) o ativo deverá estar imediatamente disponível para a venda, sendo permitidos somente os procedimentos inerentes à alienação; iii) será necessário que o valor da transação seja adequado ao seu valor justo; e iv) a venda deverá ser altamente provável, isto é, deve estar em andamento um plano de venda cujo objetivo seja encontrar um comprador para que a transação seja efetivamente concluída em prazo inferior a 12 meses.

Conforme salientado por Gelbcke *et al.* (2018), ao evidenciar os bens em que a entidade tem interesse em vender, é preciso acrescentar a eles as consequentes obrigações e eventuais ganhos associados. Neste sentido, percebe-se que é necessário analisar e reconhecer qualquer ganho ou passivo associado aos ANCMV, desde que atendidos os requisitos do CPC 31.

Outro aspecto importante se refere à mensuração que deverá ser feita pelo menor valor entre o apurado contabilmente e o valor justo líquido, ou seja, já subtraídas as despesas de venda. Enquanto classificado como ANCMV, estes bens ou direitos não poderão ser

depreciados ou amortizados. Quanto à apresentação nos demonstrativos, é necessário que ocorra de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período, destacando as operações descontinuadas (Gelbcke *et al.*, 2018).

Neste contexto, Lérias (2008) ressalta que a adequada divulgação dos ANCMV é essencial para a análise dos usuários externos quanto à capacidade de afetar a rentabilidade dos ativos das companhias, bem como nas previsões futuras acerca de seus resultados.

No grupo dos ativos classificados como mantidos para venda, podem existir também as OD. De acordo com o item 33 do CPC 31 (2009), a entidade deverá apresentar o desempenho das OD separado das operações em continuidade. Dentre as informações requeridas, é preciso apresentar as receitas e despesas que geraram o resultado líquido do período, o fluxo de caixa líquido e o resultado que compete aos acionistas controladores.

Em consonância ao exposto, Silva *et al.* (2018) destacam que a apropriada evidenciação das OD possibilita aos usuários externos a identificação das ações de longo prazo da entidade. Esta percepção permitirá ainda conhecer os motivos considerados pelos gestores para decidir pela alienação do bem e avaliar as principais características associadas à tomada de decisão.

Depreende-se que antes da aprovação do CPC 31 ocorrida no ano de 2009, a alienação dos ANCMV era conhecida somente após sua concretização. Prática esta que dificultava as análises, projeções e conseqüentemente a tomada de decisão dos usuários da informação contábil frente a um evento que potencialmente afetará o desempenho da entidade em suas operações futuras, considerando que tais fatos podem se tratar de OD.

2.2 Evidenciação Contábil (*Disclosure*) dos Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Conforme Diniz e Lopes (2003), as informações contábeis serão significativas apenas se adicionarem valor por meio das análises que, geralmente, são realizadas pelos usuários dessas informações. Nesta perspectiva, segundo Yamamoto e Salotti (2006), percebe-se a relevância da confiabilidade, uniformidade, consistência e comparabilidade ao se elaborar os demonstrativos contábeis que serão essenciais para dar subsídios a tomada de decisão.

De forma a refletir a realidade da companhia, os fatos contábeis devem ser evidenciados quando são reconhecidos, respeitando o regime de competência (Nakao, 2000). A partir de 2009, no caso dos ANCMV e das OD, este procedimento passou a ocorrer assim que os bens atendam aos requisitos do CPC 31. Nesse sentido, a companhia fornecerá informações que permitam ao usuário avaliar a importância e os impactos causados por suas operações.

Ainda sobre o estudo realizado por Nakao (2000) com base na IFRS 5, chegou-se à conclusão de que o reconhecimento e a evidenciação de operações em descontinuidade maximizam a capacidade de realizar projeções e minimizam a incerteza ao se tomar decisões. Antes da aprovação do CPC 31 (2009), o autor demonstrou em sua pesquisa a necessidade de se estabelecer normas brasileiras de modo a assegurar a demonstração de tais operações e proteger os interesses daqueles que as utilizam.

Nesse contexto, Martins (2013) realizou uma investigação a fim de verificar a existência de valor relevante na evidenciação segregada dos ANCMV e OD em empresas portuguesas. O resultado obtido não permitiu afirmar ou negar tal hipótese devido a insignificância estatística do coeficiente da variável estudada. Esta constatação instiga a analisar se a evidenciação desses ativos é realizada de acordo com as normas contábeis no âmbito brasileiro. Pois, conforme apresentado pela autora, um dos motivos do resultado inconclusivo deve-se à quantidade de companhias que evidenciam os ANCMV e OD, que são a minoria.

A este respeito, Barros *et al.* (2018) alertam sobre o risco de as empresas efetuarem a reclassificação dos ativos para ANCMV com a finalidade de melhorar seu desempenho diante dos *stakeholders* e em seguida reforçam a importância da completa evidenciação. Em consonância, os resultados da pesquisa de Nunes (2019) demonstram a relevância da divulgação dos ANCMV uma vez que se trata de uma informação que poderá impactar na formação do valor de mercado das companhias que possuem capital aberto.

Diante disso, observa-se a relevância do *disclosure* no que se refere à relação entre a entidade e seus *stakeholders*. Trata-se de um instrumento de transparência capaz de minimizar a assimetria entre os gestores e os usuários das informações contábeis, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de capitais ao fornecer dados capazes de garantir a adequada avaliação das melhores alternativas de investimento (Diniz & Lopes, 2003). Essa realidade se aplica aos ANCMV e as OD, visto que são eventos capazes de afetar o resultado da companhia e, conseqüentemente, as decisões tomadas pelos usuários externos.

2.3 Estudos Anteriores

Em 28/07/2021, foram realizadas investigações sobre estudos anteriores na base de pesquisa *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), Portal de Periódicos CAPES e no Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas foram: ativos não circulantes mantidos para venda, operações descontinuadas, CPC 31, IFRS 5, *Non-current assets held for sale and discontinued operations* e evidenciação. Deste levantamento, foram detectados oito trabalhos com temas semelhantes ao exposto no presente estudo. A seguir, na Tabela 1, estão apresentados os estudos correlatos identificados.

Tabela 1
Estudos anteriores

Autor	Objetivo	Resultado
Nakao (2000)	Verificar se o reconhecimento e a evidenciação das operações em descontinuidade contribuem para o aumento da capacidade do usuário em realizar projeções acerca do desempenho futuro da empresa.	O estudo permitiu concluir a relevância da evidenciação das operações em descontinuidade e em continuidade. Apurou-se que a divulgação dessas informações permite realizar projeções mais seguras a partir da tendência apenas das operações que irão continuar em funcionamento.
Gornik-Tomaszewski e Shoaf (2004)	Apresentar as principais disposições relacionadas aos ativos não circulantes mantidos para venda e analisar no curto prazo o nível de convergência entre as IFRS-5 e os princípios contábeis geralmente aceitos pela U.S. GAAP.	Notou-se significativa convergência entre a IFRS-5 e a U.S. GAAP.
Manea e Stefan (2010)	Demonstrar como proceder na classificação e avaliação de ativos não circulantes mantidos para venda.	Por meio de exemplos, são apresentados os principais critérios para a classificação e avaliação dos ativos não circulantes mantidos para venda.
Correia (2012)	Descrever as regras presentes na IFRS 5/NCRF 8 evidenciando os principais impactos nos resultados e capital próprio; verificar a aplicação destas regras numa amostra de 20 empresas portuguesas e; se a presença de ANCMV e OD influenciam no desempenho dessas empresas e na avaliação dos investidores.	Concluiu-se que os ANCMV e as OD influenciam no resultado e capital próprio da entidade, mas não se detectou grande impacto em relação ao valor. Notou-se ainda que todas as empresas da amostra cumprem especialmente o requisito de divulgação em nota própria do tratamento contabilístico dado aos ANCMV e OD.

Martins (2013)	Verificar se apresentação separada dos ativos não circulantes mantidos para venda e unidades operacionais descontinuadas possui valor relevante no mercado de capital português.	O resultado obtido não permite afirmar que o preço das ações varie em função da apresentação destes ativos de forma separada, uma vez que o coeficiente da variável não é estatisticamente significativo.
Silva <i>et al.</i> (2018)	Analisar a magnitude e frequência das operações descontinuadas, bem como as justificativas apresentadas pelos administradores brasileiros nos relatórios anuais e fatos relevantes para classificar as operações descontinuadas.	Das 384 empresas analisadas com ano-base de 2016, 86 apresentaram OD e os resultados demonstram que não há evidências de que as empresas brasileiras tomaram decisões oportunistas para aumentar o resultado das operações continuadas.
Barros <i>et al.</i> (2018)	Demonstrar os impactos ocasionados no indicador de liquidez corrente relacionados à classificação do ativo não circulante mantido para venda.	Constatou-se diferença estatística significativa no indicador de liquidez corrente ao comparar os cálculos sem considerar os ANCMV e considerando-os.
Nunes (2019)	Testar a influência dos ANCMV na determinação do valor de mercado das empresas.	O resultado demonstra que os ANCMV são relevantes para o valor de mercado das empresas quando o usuário das demonstrações contábeis tem ciência dessa informação por meio da evidenciação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos oito trabalhos demonstrados na Tabela 1, quatro deles são relativos a estudos realizados no âmbito internacional (Portugal e Estados Unidos) e dentre os outros quatro trabalhos brasileiros identificados, três abrangem períodos mais recentes, ficando evidente que são raras as pesquisas realizadas no Brasil sobre ANCMV e OD.

Ressalta-se também que dois dos estudos brasileiros detectados trataram apenas de OD, não envolvendo os ANCMV no escopo da pesquisa. Estes fatos reforçam a pertinência da realização da presente investigação que pretende revelar, a partir de uma amostra em um contexto atualizado com norma brasileira vigente, o nível de evidenciação partindo das exigências contidas no pronunciamento contábil CPC 31, bem como as características das empresas de capital aberto brasileiras em relação aos ANCMV e as OD.

3 Metodologia da Pesquisa

3.1 Delineamento da Pesquisa

O presente estudo faz uso da tipologia descritiva para atingir os objetivos, que conforme Gil (2008, p. 28) se resumem na “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. No que se refere à abordagem do problema, foram empregados métodos qualitativos, na medida que a pesquisa utilizou a técnica de análise de conteúdo para investigação da evidenciação realizada pelas companhias da amostra. Conforme Richardson (2014), a pesquisa qualitativa trata-se da forma adequada para o entendimento da natureza de um fenômeno social, sem o uso de ferramental estatístico.

O procedimento adotado para a coleta de dados se enquadra como documental, visto que foram analisadas as notas explicativas, o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes ao ano de 2018 das companhias da amostra. A escolha do ano de 2018 para análise é pertinente por se tratar de um ano peculiar no cenário econômico e político, neste é possível mencionar as eleições presidenciais no Brasil, em que as expectativas do mercado estavam incertas, cenário em que algumas companhias podem ter decidido pela venda de ativos não circulantes ou descontinuar alguma atividade.

3.2 Instrumento de Pesquisa

Como instrumento de coleta de dados, elaborou-se uma lista de verificação com base no CPC 31, visando medir o nível de evidenciação dos ANCMV e das OD das companhias pertencentes a amostra, conforme demonstrada na Tabela 2.

Tabela 2

Lista de verificação elaborada com base no CPC 31

Item	Descrição
1	Apresentação separada das principais classes de ativos classificados como mantidos para venda no BP ou nas notas explicativas.
2	Apresentar em notas explicativas a descrição do ativo (ou grupo de ativos) não circulante.
3	No caso do ANCMV ainda não ter sido alienado, apresentar a informação sobre forma e cronograma esperados para alienação.
4	No caso de o ANCMV já ter sido vendido, apresentação nas notas explicativas dos fatos e das circunstâncias da venda, ou que conduziram a alienação.
5	Divulgar as eventuais perdas reconhecidas na comparação entre o valor de custo e o valor justo menos as despesas de vendas dos ANCMV.
6	Divulgar um montante único na DRE compreendendo resultado total, os ganhos ou as perdas após o imposto de renda das OD.
7	Apresentar em notas explicativas a análise do montante único com as receitas, despesas e resultado antes dos tributos, com as despesas com os tributos sobre o lucro e com as despesas de imposto de renda das OD.
8	Apresentar em notas explicativas ou nos quadros das demonstrações contábeis, os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades de investimento das OD.

Fonte: Adaptado CPC 31.

Por meio da utilização da lista de verificação demonstrada na Tabela 2, foi possível efetuar o cálculo do índice de evidenciação dos ANCMV e das OD divulgados nos demonstrativos contábeis e notas explicativas das empresas componentes da amostra.

3.3 Procedimentos de Pesquisa

Para realizar a mensuração do nível de evidenciação dos ANCMV e das OD das empresas selecionadas para compor a amostra, com base na lista de verificação, foi atribuído o valor 1 (um) para os itens divulgados, atribuiu-se 0 (zero) para os itens não evidenciados, e quando a companhia declarou não possuir alguma situação descrita na lista, atribuiu-se a sigla NA (Não se Aplica).

Conforme adotado no trabalho de Souza e Borba (2017), o índice de evidenciação foi obtido por meio da divisão entre a quantidade de itens evidenciados e a quantidade total de itens da lista, diminuídos os itens que não se aplicam à companhia. Assim, a fórmula é apresentada da seguinte maneira:

$$\text{Índice de Evidenciação} = \frac{\text{Quantidade de itens evidenciados}}{\text{Quantidade total de itens} - \text{Quantidade de itens que não se aplicam}}$$

O cálculo do índice de evidenciação foi realizado individualmente, ou seja, para cada empresa pertencente à amostra. Os resultados estão apresentados por meio de tabelas. Para atingir o objetivo desta pesquisa, foram utilizadas as seguintes características para verificar possível associação com o nível de evidenciação: setor de atuação, nível de governança

corporativa, rentabilidade, empresa que realiza a auditoria das demonstrações contábeis e companhias brasileiras listadas na *New York Stock Exchange* (NYSE).

3.3.1 Setor de Atuação

Na pesquisa realizada por Martins (2013), as empresas que mais se destacaram em número de observações relacionadas aos ANCMV e as OD foram as do setor de energia. A fim de verificar se no cenário brasileiro também há essa distinção entre os setores de atuação no que concerne à evidenciação dos ANCMV e as OD, definiu-se como relevante analisar o nível de evidenciação em relação ao setor de atuação das companhias da amostra. Para realizar essa análise, será utilizada a classificação setorial da Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

3.3.2 Nível de Governança Corporativa

Transparência, informações úteis, sustentabilidade, gestão de conflitos são algumas das características relacionadas à governança nas organizações. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2015), o objetivo da Governança Corporativa é prevenir ou solucionar problemas referentes aos conflitos de interesses, desempenho e acesso ao capital da empresa.

De maneira a facilitar a avaliação das companhias listadas, a B3 fornece segmentos que priorizam regras de governança corporativa diferenciadas. Essa distinção consiste em exigências que superam as obrigações requeridas na Lei das Sociedades por Ações, n. 6.404 de 1976. Seguindo a ordem do menos para o mais exigente, a B3 dispõe dos seguintes níveis de governança corporativa: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. A adoção por um destes segmentos ocorre voluntariamente e as empresas que não adotam nenhum deles, estão classificadas no segmento Tradicional da B3.

Tendo em vista que os níveis de governança corporativa possuem estrita relação com a evidenciação das operações nas demonstrações contábeis das companhias de capital aberto, sendo um de seus pilares a transparência, considerou-se relevante proceder à análise comparativa com base nos três segmentos de governança criados pela B3 e no segmento tradicional. As informações sobre a governança corporativa foram obtidas no *site* da B3.

3.3.3 Rentabilidade

O principal objetivo de uma empresa é maximizar os lucros. Segundo Pimentel, Braga e Casa Nova (2010), a rentabilidade é a taxa de retorno econômico alcançado por uma empresa em relação ao capital nela investido.

Loureiro, Gallon e De Luca (2011), pesquisaram os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento do recebimento de recursos nas demonstrações contábeis. Dentre os três índices de rentabilidade utilizados para a mensuração, estava a Rentabilidade do Ativo (ROA) que, nesta investigação, demonstrou a menor variação em comparação aos outros dois índices.

Diante do exposto, considerou-se relevante verificar se a rentabilidade das empresas brasileiras componentes da amostra possui relação com o nível de evidenciação dos ANCMV e as OD, tendo em vista a importância da taxa de retorno econômico para o alcance do principal objetivo de uma companhia. Como parâmetro, foi utilizada a ROA que é calculada pela divisão do resultado do exercício e o total do ativo. As informações para a realização desta análise foram obtidas por meio das demonstrações contábeis disponibilizadas no *site* da B3.

3.3.4 Empresa de Auditoria

Conforme Franco e Marra (2009), o serviço de auditoria consiste na obtenção de elementos capazes de assegurar se os registros contábeis foram realizados de acordo com os princípios e normas de Contabilidade, e se as demonstrações contábeis elaboradas pela companhia refletem de forma adequada a situação econômico-financeira do patrimônio.

Quando se trata de auditoria independente nas companhias de capital aberto, são quatro as maiores empresas que frequentemente emitem os pareceres: Deloitte, PricewaterhouseCoopers, KPMG e Ernst & Young. Elas são consideradas as *Big Four*. Na pesquisa realizada por Maia, Formigoni e Silva (2012) foi identificado que as empresas auditadas por essas firmas demonstraram maior nível de qualidade na evidenciação das informações contábeis em relação às companhias auditadas por outras firmas.

Dessa forma, julgou-se pertinente a análise do nível de evidenciação em relação à empresa de auditoria das companhias da amostra de modo a identificar se as empresas auditadas por uma das *Big Four* apresentam níveis diferenciados em relação às companhias auditadas pelas demais firmas de auditoria. As informações foram obtidas por meio dos pareceres de auditoria disponibilizados no *site* da B3.

3.3.5 Companhias brasileiras listadas na NYSE

Guia *et al.* (2018) argumentam que as empresas mais consolidadas no mercado de capitais brasileiro tendem a abrir capital em mercados estrangeiros. Essas companhias geralmente optam por emitir ações na NYSE, que requer o cumprimento de requisitos mais rígidos na divulgação contábil que resultam em um indicativo de qualidade.

Considerando o maior rigor na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis das empresas brasileiras que comercializam suas ações na NYSE, definiu-se como relevante a análise desta característica no presente estudo. As informações das companhias brasileiras que emitem as *American Depositary Receipts* (ADR) foram obtidas no *site* da NYSE.

3.4 Amostra de Pesquisa

Em 01/12/2019, data em que foi realizado o levantamento da amostra no *site* da B3, havia um total de 422 companhias listadas na bolsa de valores brasileira. Destas foram excluídas: 84 instituições financeiras pelo motivo do Banco Central (BACEN) não ter adotado o CPC 31, 4 empresas as quais não foram encontrados os dados no momento da busca no *site* da B3 e 1 empresa a qual abriu capital em 2019 e não possuía o conjunto de demonstrações contábeis de 2018 publicado, (uma vez que a análise foi feita com base nos relatórios financeiros de 2018). Dessa forma, restaram 333 empresas para analisar as demonstrações contábeis e notas explicativas. Após a verificação minuciosa de cada uma delas, foram identificadas 67 companhias que possuíam ANCMV e/ou OD no exercício social de 2018, sendo esta a amostra final do presente trabalho. A Tabela 3 demonstra a amostra de pesquisa por setor de atuação.

Tabela 3*Amostra de pesquisa por setor de atuação conforme B3*

Setor de Atuação	Quantidade Empresas
Bens Industriais	16
Comunicações	1
Consumo Cíclico	16
Consumo não Cíclico	7
Materiais Básicos	7
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	5
Saúde	2
Tecnologia da Informação	1
Utilidade Pública	9
Outros	3
Total	67

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 3 é possível observar que a amostra de pesquisa é composta por 67 companhias abertas brasileiras, divididas em 10 setores diferentes, o que permitiu a análise setorial dos resultados relativos à evidenciação contábil dos ANCMV e OD.

4 Resultados e Análises

A definição da amostra permitiu a aplicação da lista de verificação apresentada na Tabela 2. Os resultados desse procedimento podem ser observados na Tabela 4 que informa a quantidade de empresas que atendeu ou não aos itens da lista e sua representatividade em relação ao total de companhias analisadas.

Tabela 4*Evidenciação por item da lista de verificação elaborada com base no CPC 31*

Lista de verificação	Quantidade Empresas	Percentual
1) Apresentação separada das principais classes de ativos classificados como mantidos para venda no Balanço Patrimonial ou nas notas explicativas.	63	94%
2) Apresentar em notas explicativas a descrição do ativo (ou grupo de ativos) não circulante.	53	79%
3) No caso do ANCMV ainda não ter sido alienado, apresentar a informação sobre forma e cronograma esperados para alienação.	9	13%
4) No caso de o ANCMV já ter sido vendido, apresentação nas notas explicativas dos fatos e das circunstâncias da venda, ou que conduziram a alienação.	8	12%
5) Divulgar as eventuais perdas reconhecidas na comparação entre o valor de custo e o valor justo menos as despesas de vendas dos ANCMV.	16	24%
6) Divulgar um montante único na DRE compreendendo resultado total, os ganhos ou as perdas após o imposto de renda das OD.	26	39%
7) Apresentar em notas explicativas a análise do montante único com as receitas, despesas e resultado antes dos tributos, com as despesas com os tributos sobre o lucro e com as despesas de imposto de renda das OD.	25	37%

8) Apresentar em notas explicativas ou nos quadros das demonstrações contábeis, os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades de investimento das OD.	18	27%
---	----	-----

Fonte: Dados da pesquisa.

Consoante a um dos objetivos de Correia (2012) de verificar a aplicação das regras expostas na IFRS 5, nacionalmente interpretadas pelo pronunciamento contábil CPC 31, a Tabela 4 mostra diferenças de evidenciação entre os itens da lista de verificação. O item mais evidenciado se refere a apresentação separada das principais classes de ativos com participação de 94% das empresas da amostra, seguido pelo item que trata da apresentação da descrição do ativo não circulante em notas explicativas, com a representatividade de 79%.

Os itens menos evidenciados são relativos a apresentação dos fatos e das circunstâncias da venda, no caso do ANCMV já ter sido vendido com percentual de 12% e o relacionado a demonstração da forma e cronograma esperados para alienação, com representatividade de 13%. De acordo com a classificação setorial da B3, a Tabela 5 demonstra a quantidade de empresas por setor de atuação que tiveram ANCMV e/ou OD no ano de 2018.

Tabela 5
Quantidade de ANCMV e OD

Sector de Atuação	Quantidade Empresas	Possui ANCMV	Possui OD	Possui ANCMV e OD
Bens Industriais	16	9	3	4
Comunicações	1	0	1	0
Consumo Cíclico	16	10	5	1
Consumo não Cíclico	7	1	5	1
Materiais Básicos	7	4	3	0
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	5	2	3	0
Saúde	2	1	1	0
Tecnologia da Informação	1	0	1	0
Utilidade Pública	9	3	6	0
Outros	3	1	2	0
Total	67	31	30	6

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 demonstra os setores que apresentam maior concentração de ANCMV e OD. Das 16 empresas do setor de Bens Industriais, 9 possuíam ANCMV, 3 possuíam OD e 4 evidenciaram ANCMV e OD. Das 16 empresas do setor de Consumo Cíclico, 10 apresentaram ANCMV, 5 possuíam OD e 1 apresentou ANCMV e OD.

Os setores com a menor quantidade de empresas foram: i) Tecnologia da Informação, apenas com uma empresa que evidenciou a OD; e ii) Saúde, com duas empresas, uma possui ANCMV e a outra possui OD. A Tabela 6 apresenta a natureza dos ANCMV bem como a quantidade de casos excepcionais ou não especificados.

Tabela 6
Natureza do ANCMV

Setor de Atuação	Natureza do Ativo				
	Imobilizado	Investimento	Controlada	Casos Excepcionais	Não Especificado
Bens Industriais	7	1	7	3	2
Comunicações	0	0	1	0	0
Consumo Cíclico	6	0	6	2	3
Consumo não Cíclico	2	0	6	0	0
Materiais Básicos	0	1	3	1	2
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	0	3	1	0
Saúde	0	0	1	0	1
Tecnologia da Informação	0	0	1	0	0
Utilidade Pública	1	1	6	0	1
Outros	1	0	2	0	0
Total	18	3	36	7	9
Percentual	25%	4%	49%	10%	12%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio das informações demonstradas na Tabela 6, tem-se que a maior parte dos ANCMV tratam de controladas e conseqüentemente OD, com representatividade de 49%. Em segundo estão os ANCMV do grupo Imobilizado como veículos e imóveis. O menor percentual está nos ANCMV referentes aos investimentos. Um dos objetivos da pesquisa de Silva *et al.* (2018) era verificar a magnitude e frequência das operações descontinuadas, os autores identificaram que das 384 empresas analisadas com ano-base de 2016, 86 possuíam OD (representatividade de 22,40%). Apesar do menor número comparado aos resultados de Silva *et al.* (2018), as informações da Tabela 6 permitem identificar a alta representatividade dos ANCMV relacionados às OD, quase metade do total das naturezas do ativo da amostra.

Nos casos excepcionais que representam 10% do total evidenciado, encontrou-se ativos relacionados a contas a receber de partes relacionadas, empréstimos, créditos de impostos, depósitos judiciais entre outros. Adotou-se essa nomenclatura para tais situações pelo motivo que tratam de casos fora do comum, isto é, não ficou claro em notas explicativas a quais ANCMV referem-se tais operações, faltou transparência no sentido de esclarecer aos usuários externos a contrapartida registrada em ANCMV.

Com 12% de representatividade, existem os casos em que o ANCMV não foi especificado. Ou seja, foi apresentado o valor relativo ao ANCMV no BP ou em notas explicativas, porém sem a devida descrição impossibilitando sua identificação. Neste ponto ressalta-se novamente a falta de evidenciação que, conforme exposto por Diniz e Lopes (2003), é o instrumento de transparência capaz de minimizar a assimetria entre os gestores e os usuários das informações contábeis. Na Tabela 7 constam as informações relativas à média de evidenciação dos ANCMV e OD por setor de atuação.

Tabela 7
Nível de evidenciação x setor de atuação

Sector de Atuação	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Bens Industriais	16	24%	47%
Comunicações	1	1%	25%
Consumo Cíclico	16	24%	57%
Consumo não Cíclico	7	10%	57%
Materiais Básicos	7	10%	40%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	5	7%	37%
Saúde	2	3%	54%
Tecnologia da Informação	1	1%	13%
Utilidade Pública	9	13%	49%
Outros	3	4%	61%
Total	67	100%	-

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa realizada por Martins (2013) demonstrou que as empresas do setor de energia se destacaram em Portugal quanto ao número de observações relacionadas aos ANCMV e as OD. Na Tabela 7, as 9 companhias do setor de Utilidade Pública são do ramo de energia e pode-se observar que este setor ocupou o 5º lugar dentre os 10 setores de atuação em relação à média de evidenciação (com 49%), representando 13% do total das empresas da amostra.

No cenário nacional, com 61% de média de evidenciação estão as empresas do setor classificado pela B3 como “Outros”, são elas: i) CCX Carvão da Colombia S.A. com 71%; ii) Eletron S.A. com 86%; e iii) MGI - Minas Gerais Participações S.A. com 25%. Nota-se que o valor elevado da média de evidenciação pode-se justificar pela quantidade de empresas que compõem esse setor, apenas 3.

Com um número maior de empresas e média de evidenciação de 57%, tem-se 16 companhias no setor de Consumo Cíclico. Com a mesma média de evidenciação, porém com 7 empresas, está o setor de Consumo não Cíclico. A menor média de evidenciação (13%) consta no setor de Tecnologia da Informação, com representatividade de 1%. Nos estudos de Martins (2013), o setor de Tecnologia da Informação apresentou 12% de número de observações relacionadas aos ANCMV e OD, com representatividade de 11%. Diante dos resultados verificados, percebe-se que as companhias analisadas ainda não divulgam todas as informações sobre os ANCMV e OD. Na Tabela 8 encontra-se o comparativo entre o nível de governança corporativa da B3 e a média de evidenciação.

Tabela 8
Nível de evidenciação x nível de governança

Nível de Governança	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Tradicional	21	31%	41%
Nível 1	9	13%	53%
Nível 2	4	6%	53%
Novo Mercado	33	49%	54%
Total	67	100%	-

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 8, percebe-se que a média cresce quase proporcionalmente ao nível de governança corporativa. O nível Tradicional, o menos exigente, apresenta a média de evidência de 41% com 21 empresas. O Nível 1 e Nível 2 apresentam a mesma média de evidência de 53% com 9 e 4 companhias, respectivamente. Já o nível Novo Mercado, o mais exigente, apresenta a média de evidência de 54% com 33 empresas, o que demonstra uma tendência de maior divulgação por parte das companhias pertencentes aos segmentos diferenciados de governança da B3.

O objetivo da Governança Corporativa conforme o IBGC (2015) é prevenir ou solucionar problemas referentes aos conflitos de interesses, desempenho e acesso ao capital da empresa. Os resultados da Tabela 8 sugerem que a prevenção ou solução de tais conflitos ocorre devido a adoção de nível diferenciado de governança da B3 que contribui para o aumento da evidência dos fatos contábeis. Na Tabela 9 estão apresentadas as informações entre a rentabilidade e a média de evidência.

Tabela 9*Nível de evidência x rentabilidade*

Rentabilidade	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidência
Rentabilidade Negativa	22	33%	53%
Rentabilidade Positiva inferior a 5%	27	40%	49%
Rentabilidade Positiva superior a 5,01%	18	27%	47%
Total	67	100%	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar que, apesar da pouca diferença entre as médias de evidência dos ANCMV e OD, o destaque está entre as 22 empresas com rentabilidade negativa no ano de 2018, com 53%. Em seguida as companhias com rentabilidade positiva inferior a 5%, com 49% e 27 empresas. E a menor média de evidência está entre as 18 empresas que possuem rentabilidade positiva superior a 5,01%, com 47%.

Pimentel *et al.* (2010), definem que a rentabilidade é a taxa de retorno econômico alcançada por uma empresa em relação ao capital nela investido. Com base nessa definição e nos resultados apresentados na Tabela 9, a inferência que se faz é de que as empresas com a rentabilidade negativa podem ter interesse em ser mais transparentes, evidenciando com mais detalhes os acontecimentos que impactam ou até mesmo são o fato gerador de seu desempenho econômico. Na Tabela 10 observa-se o comparativo entre a média de evidência e as empresas de auditoria.

Tabela 10*Nível de evidência x empresa de auditoria*

Empresa de Auditoria	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidência
<i>Big Four</i>	39	58%	50%
Outras empresas de auditoria	28	42%	49%
Total	67	100%	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Com 1% a mais na média de evidência, os resultados não indicam diferença significativa na evidência realizada pelas companhias auditadas por *Big Four*. Apesar disso,

vale destacar que com a participação de 58% das companhias da amostra (a maior parcela), a média de evidenciação dos ANCMV e OD das empresas auditadas por *Big Four* foi de 50%, enquanto das demais companhias (menor parcela) a média foi de 49%. Os resultados, de certa forma, diferem daqueles observados por Maia *et al.* (2012) que identificaram que as empresas auditadas por uma das *Big Four* demonstram maior nível de qualidade na evidenciação das informações contábeis. Na Tabela 11 é demonstrado o confronto entre a média de evidenciação dos ANCMV e OD e as empresas listadas na NYSE.

Tabela 11

Nível de evidenciação x companhias listadas na NYSE

Listada na NYSE	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Sim	9	13%	61%
Não	58	87%	48%
Total	67	100%	-

Fonte: dados da pesquisa.

Como é possível observar na Tabela 11, os resultados da pesquisa mostram a média de evidenciação de 61% entre as 9 empresas listadas na NYSE. As demais companhias apresentaram a média de 48% de evidenciação dos ANCMV e OD. As informações apresentadas sugerem que a média de evidenciação dos ANCMV e OD tende a ser maior entre as companhias listadas na NYSE. Estes achados estão em consonância com Guia *et al.* (2018) que constataram que as empresas listadas na NYSE tendem a apresentar uma maior evidenciação contábil devido aos requisitos mais rígidos para a abertura de capital nos Estados Unidos.

5 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi analisar o nível de evidenciação e as características das companhias de capital aberto brasileiras em relação aos ANCMV e OD no ano de 2018. Quanto à lista de verificação elaborada com base no CPC 31, o instrumento de pesquisa, o item mais evidenciado se refere a apresentação separada das principais classes de ativos com participação de 94% das empresas da amostra, seguido pelo item que trata da apresentação da descrição do ativo não circulante em notas explicativas, com a representatividade de 79%.

Os setores com maior concentração de empresas com ANCMV e/ou OD foram os de Bens Industriais e Consumo Cíclico, ambos compostos por 16 companhias. A natureza do ativo mais frequente diz respeito às controladas e conseqüentemente OD, com representatividade de 49%. O menor percentual, de 4%, está nos ANCMV referentes aos investimentos.

Foram observados casos excepcionais e não especificados com representatividade de 10% e 12%, respectivamente. A falta da adequada evidenciação prejudicou a análise uma vez que não ficou claro em notas explicativas a quais ANCMV referem-se tais operações. Tal fato impacta também na transparência das informações destinadas aos usuários externos devido ao não esclarecimento dos registros contábeis.

Na pesquisa realizada por Martins (2013), as empresas do setor de energia em Portugal se destacaram em número de observações relacionadas aos ANCMV e OD. No Brasil, todas as empresas do setor de Utilidade Pública da amostra desempenham atividades de energia e este grupo apresentou média de evidenciação de 49%, ocupando o 5º lugar dentre os 10 setores de

atuação da B3. Esses achados demonstram que apesar de pertencerem ao mesmo setor de atuação, os resultados podem variar de acordo com a dinâmica empresarial do país.

No confronto do nível de evidenciação com o nível de governança corporativa, os resultados sugerem que as companhias que adotam algum dos níveis diferenciados da B3, em média, tendem a apresentar maior nível de evidenciação dos ANCMV e OD.

Ao analisar a rentabilidade das empresas que apresentaram os ANCMV e OD, percebeu-se uma possível tendência de maior evidenciação por parte das companhias com menor rentabilidade, o que sugere que esta condição pode influenciar na intenção de demonstrar maior transparência dos fatos contábeis.

Diferente dos resultados de Maia *et al.* (2012), não se constatou diferença significativa na evidenciação das empresas auditadas por uma das *Big Four* em comparação aquelas auditadas por outras empresas de auditoria. Os resultados da pesquisa demonstraram que a média de evidenciação dos ANCMV e OD tende a ser maior entre as companhias listadas na NYSE, estes achados corroboram com os observados no estudo de Guia *et al.* (2018).

Considerando as 67 empresas da amostra, a média de evidenciação foi de 44%. Este resultado, abaixo de 50%, associado aos casos em que não foi possível realizar análise completa devido a não especificação dos ANCMV, demonstram que as companhias ainda precisam melhorar quanto à evidenciação dos ANCMV e OD.

Em resposta ao problema de pesquisa, observou-se uma possível tendência de associação entre maior média de evidenciação dos ANCMV e OD com as seguintes características: i) aderência a algum nível diferenciado de governança corporativa, ii) rentabilidade negativa, e iii) negociação de ações na NYSE. O presente estudo possui contribuições de natureza prática e social considerando que dependendo da magnitude dos valores relativos aos ANCMV e das OD, eles possuem potencial de impactar o resultado do exercício e, conseqüentemente, nas decisões dos usuários externos da contabilidade.

Anteriormente a norma CPC 31, os investidores e demais interessados nas demonstrações contábeis somente tomavam conhecimento de vendas de ativos de longa duração no momento que aconteciam. Após a vigência do CPC 31, as companhias passaram a ter que reconhecer e divulgar desde o momento em que tomam a decisão de alienar o ativo, proporcionando maior potencial informativo ao mercado.

Como limitação da pesquisa, salienta-se o fato de o estudo ter abrangido apenas o ano de 2018, limitando os resultados ao ano e amostra estudados. Apesar disso, a quantidade de companhias analisadas contemplou a totalidade que possuía ANCMV ou OD no referido ano verificado, trazendo contribuições relevantes sobre o tema e colaborando com investigações futuras. Para pesquisas futuras, sugere-se uma análise temporal abrangendo vários anos de forma a investigar se as características variam de acordo com o tempo ou são relativamente constantes. Também se sugere a utilização de ferramental estatístico visando identificar possíveis relações de causa e efeito entre as variáveis.

Referências

Barros, M.G., Santos M. S. F., Oliveira, L. S. S., Brito, G. K. M. C. (2018) Escolhas Contábeis: O Impacto do Ativo Não-Circulante Disponível para Venda sobre o Indicador de Liquidez Corrente. XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo. Recuperado em 28 julho, 2021, de <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/896.pdf>

- Brasil, Bolsa, Balcão (2019). *Segmentos de listagem*. Recuperado em 16 novembro, 2019, de http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/
- Correia, A. M. (2012). *Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas: a IFRS5-NCRF 8 e a sua aplicação a empresas portuguesas*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, Lisboa. Recuperado em 01 setembro, 2019, de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4636>
- Diniz, E. H. & Lopes, A. B. (2003). Contabilidade: dos escândalos à renovação. *GV Executivo*, [S.l.], 2(2), 31-35. ISSN 1806-8979. Recuperado em 20 outubro, 2019, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34890>
- Franco, H. & Marra, E. (2009). *Auditoria Contábil*. (4a. ed.) São Paulo: Atlas.
- Gelbcke, E. R., Santos, A., Iudícibus, S., & Martins, E. (2018). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. (3a. ed.) São Paulo: Atlas.
- Gornik-Tomaszewski, S., Shoaf V. (2004). Accounting for noncurrent assets held for sale and discontinued operations converges. *Bank Accounting & Finance*, 18(1). Recuperado em 28 outubro, 2020, de https://go.gale.com/ps/i.do?v=2.1&it=r&sw=w&id=GALE%7CA126584179&prodId=AONE&sid=googleScholarFullText&lat=-27.5608643&lng=-48.5019481&userGroupName=ufsc_br
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a. ed.) São Paulo: Atlas.
- Guia, L. D., Junior, C. B. M., Serrano, A. L. M., Wilbert, M. D., Laffin, N. H. F., & Neto, L. M. A. (2018). Nível de disclosure: análise das empresas brasileiras listadas na New York Stock Exchange. *Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, 5(1), 43-57.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. (5a.ed.) São Paulo, SP: IBGC. Recuperado em 20 outubro, 2019, de <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21138/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>
- Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília, 1976. Recuperado em 16 julho, 2021, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm
- Lérias, A. G. (2008). Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas - TOC*. Lisboa, (97), 32-42. Recuperado em 15 setembro, 2019, de <https://pt.calameo.com/read/0003249812f036c9f213e>
- Loureiro, D., Gallon, A., & De Luca, M. (2011). Subvenções e assistências governamentais (SAG): evidenciação e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(13), 34-54. Recuperado em 24 novembro, 2019, de <https://doi.org/10.11606/rco.v5i13.34803>
- Maia, H. A., Formigoni, H., & Silva, A. A. (2012). Empresas de auditoria e o *compliance* com o nível de evidenciação obrigatório durante o processo de convergência às normas

- internacionais de contabilidade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. São Paulo, 14(44), 335-352. Recuperado em 06 maio, 2020, de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8694>
- Marconi, E. M., & Lakatos, M. de A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. (7a. ed.) São Paulo: Atlas.
- Martins, A. C. S. R. L. (2013). *Valor Relevante da Apresentação dos Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Recuperado em 10 agosto, 2019, de <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4739/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf?sequence=1>
- Manea, M., Stefan, V. (2010). Accounting Practices Regarding the Non-Current Assets Held for Sale. *Studies and Scientific Researches - Economic Edition*, (15). DOI: 10.29358/sceco.v0i15.69. Recuperado em 28 outubro, 2020, de https://www.researchgate.net/publication/46534117_Accounting_Practices_Regarding_the_Non-Current_Assets_Held_for_Sale
- Mendes, L. H. (2019). Após seis trimestres no vermelho, BRF volta a lucrar. *Valor Econômico*. Recuperado em 19 outubro, 2019, de <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/08/09/apos-seis-trimestres-no-vermelho-brf-volta-a-lucrar.ghtml>
- Nakao, S. H. (2000). *Teoria e Normas Contábeis de Operações em Descontinuidade: Um Estudo de Caso*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria), Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 11 agosto, 2019, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08032004-163756/en.php>
- Nunes, R. C. (2019). A relevância do Ativo não Circulante Mantido para Venda para o Disclosure das empresas. *5th International Congresso f Accounting and Governance*, Brasília. Recuperado em 28 julho, 2021, de https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Nunes-9/publication/349104224_A_relevancia_do_Ativo_nao_Circulante_Mantido_para_Venda_para_o_Disclosure_das_empresas/links/6020163c92851c4ed5577b06/A-relevancia-do-Ativo-nao-Circulante-Mantido-para-Venda-para-o-Disclosure-das-empresas.pdf
- Pimentel, R., Braga, R., & Casa Nova, S. (2010). Interação entre Rentabilidade e Liquidez: Um Estudo Exploratório. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, América do Norte, 10(2). Recuperado em 16 novembro, 2019, de <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/674/670>
- Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), de 02 de dezembro de 2011*. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Recuperado em 15 setembro, 2019, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2013.pdf
- Pronunciamento Técnico CPC 31, de 17 de julho de 2009*. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Recuperado em 11 agosto, 2019, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/336_CPC_31_rev%2012.pdf

Richardson, R. J. (2014). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3a ed.), 15 reimpressão. São Paulo: Atlas.

Ryngelblum, I. (2019). Prejuízo da operação descontinuada da Embraer sobe 150% no 1º tri. *Valor Econômico*. Recuperado em 01 setembro, 2019, de <https://www.valor.com.br/empresas/6285895/prejuizo-da-operacao-descontinuada-da-embraer-sobe-150-no-1-tri>

Silva, A. H. C., Silva, C. E. V., Sancovski, M., & Borba, J. A. (2018). Análise das operações descontinuadas no Brasil após adoção do IFRS 5. *CONTEXTUS – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 16(3), 8-39. Recuperado em 11 julho, 2019, de <http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/39903>

Souza, M. M., & Borba, J. A. (2017). Value Relevance do Nível de Disclosure das Combinações de Negócios e do Goodwill Reconhecido nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(73), 77-92.

Yamamoto, M. M., & Salotti, B. M. (2006). *Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais*. São Paulo: Atlas.